

RELATÓRIO DE DESEMPENHO 2012

SUMÁRIO

	INT	RODUÇAO	1
١.	. RE	SULTADOS ESTRATÉGICOS	3
	1.	RESULTADO 1 – EXPANSÃO DA OFERTA DE MORADIAS DE INTERESSE SOCIAL	
		ADEQUADAS	3
	1.1.	Análise do Indicador de Resultado: Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programa	ada
		de Moradias (2007-2012)	
	1.1.1.		
	1.1.1.1	. Produto Unidade Habitacional (2012)	
	1.1.1.1		
	1.1.1.1		
	1.1.1.1		
	1.1.1.1	J	
		2. Produto Unidades Sanitárias Domiciliares (2012)	
		S. Produto Fogões Ecoeficientes (2012)	
		Produto Reformas (2012)	. 20
	2.	RESULTADO 2 – AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E	
	2.1	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	. 22
	2.1.	Análise do Indicador de Resultado: População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Distribuição	
		Água (2007-2012)	. 25
	2.2.	Análise do Indicador de Resultado: População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com	2.
	2.2	Rede de Distribuição de Água (2007-2012)	
	2.3.	Influência dos Produtos nos Resultados Estratégicos	
	2.3.1.	Produto Ligação Domiciliar de Água Realizada (2012)	
	2.3.2.	Produto Ligação Domiciliar de Água Efetivada (2012)	
	2.4.	Análise do Indicador de Resultado: População de Fortaleza Beneficiada com Rede Coletora de Esg	
	2.5	Sanitário (2007-2012)	. 31
	2.5.	1) '	22
	2.6.	Rede Coletora de Esgoto Sanitário (2007-2012)	
	2.6.1.	Produto Ligação Domiciliar de Esgoto Realizada (2012)	
	2.6.1.	Produto Ligação Domiciliar de Esgoto Realizada (2012)	
	3.	RESULTADO 3 – MELHORIA DA ESTRUTURA URBANA DE CIDADES E REGIÕES	
	3.1.	Análise do Indicador de Resultado: Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana (20)	
	3.1.	2012)	
	3.2.	Influência dos Produtos no Resultado Estratégico.	
	3.2.1.	Produto Obra Urbana Implantada (2012)	
	3.3.	Análise do Indicador de Resultado: População Urbana da RMF beneficiada com destinação final	. 57
	5.5.	adequada de resíduos sólidos (2007-2012)	. 48
	3.4.	Análise do Indicador de Resultado: População Urbana do Interior (CE exceto RMF) beneficiada co	
	J	destinação final adequada de resíduos sólidos (2007-2012)	
	3.4.1.	Produto Aterro Sanitário Construído (2012)	
	4.	RESULTADO 4 – EXPANSÃO DAS ECONOMIAS LOCAIS	

I. INTRODUÇÃO

A Secretaria das Cidades (CIDADES) apresenta o Relatório de Desempenho 2012 com a observação e a interpretação do setor no foco da Gestão Pública orientada para Resultados – GPR.

Neste documento são analisados o resultado estratégico "Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas", relacionado à função de governo Habitação; "Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões", relacionado à função de governo Urbanismo; e "Ampliação dos Serviços de Distribuição de Água e Esgotamento Sanitário", relacionado à função de governo Saneamento, cujas ações de saneamento básico são executadas por meio da entidade vinculada Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE.

Também apresenta a observação da setorial no que se refere ao resultado estratégico "Expansão das Economias Locais", o qual não possui vinculação direta com nenhuma função de governo específica. Demonstra-se por meio desse resultado o trabalho realizado pela CIDADES junto a atividades econômicas e a grupos de produtores.

Ressalte-se que os resultados são impulsionados pela execução de ações — Projetos e Atividades — desenvolvidas no âmbito do Programa Habitacional, Programa Desenvolvimento Urbano e Programa Saneamento Ambiental. Merece destaque neste contexto o Trabalho Técnico Social, ora realizado pela CIDADES, ora pela CAGECE, ora pelos Municípios, e que se constitui num importante elemento para a viabilização de demandas sociais existentes nas áreas de abrangência dos projetos. Parte das ações inclui atividades de mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e de geração de emprego e renda que objetivam o desenvolvimento da população beneficiária dos projetos, e que também contribuem para a sustentabilidade dos empreendimentos.

Os resultados também são movidos pela execução de Projetos Especiais de Melhoria Urbana e Ambiental, a exemplo do Rio Maranguapinho, Rio Cocó, que integram ações de habitação, estruturação urbana, saneamento básico e obras hídricas, e o Projeto Dendê, que também inclui essas ações, excetuando-se as obras hídricas. Ressalte-se que esses projetos não se constituem num resultado direto da execução da política habitacional do Estado, uma vez que a motivação principal é a melhoria das estruturas urbanas das cidades beneficiadas por meio desses projetos.

Esses resultados refletem, ainda, o esforço do trabalho da Secretaria no sentido da implementação da estratégia de Governo relacionada à desconcentração espacial do desenvolvimento do Estado, idealizada e implementada em sucessivas gestões, e efetivada na CIDADES mediante a contratação de operações especiais cuja realização visa o fortalecimento de pólos regionais, indicados por meio de estudos econômicos como alternativas de solução para o desenvolvimento do Estado de forma mais equilibrada e, assim, contribuir em longo prazo para a redução da macrocefalia existente na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF.

Nesse sentido, destaca-se a execução do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional – Cidades do Ceará – Cariri Central e o trabalho de concepção que visa à implementação do Projeto Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú, ambos no âmbito do Programa Desenvolvimento Regional.

Será integrado a partir de 2013 à Matriz de GPR da Secretaria o resultado "Fortalecimento Institucional dos Municípios", por meio do qual a Secretaria das Cidades irá demonstrar o esforço do trabalho realizado pela entidade vinculada Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades – IDECI, na articulação junto aos gestores e técnicos municipais no sentido de qualificar os municípios cearenses visando à eficiência da gestão pública.

Esse esforço, realizado por meio do Programa Desenvolvimento Institucional das Cidades, deve se consolidar no período 2013-2016, uma vez que no pleito de 2012 foram eleitos novos prefeitos em 140 dos 184 municípios, correspondendo a uma renovação de 76% dos gestores municipais.

O desempenho dos produtos é analisado a partir das metas programadas para 2012 em relação às metas realizadas nesse exercício. A mensuração é feita por meio dos indicadores de produto. O desempenho dos produtos aferido ao final do exercício demonstra, em certa medida, a contribuição para o alcance dos resultados estratégicos aos quais esses produtos estão relacionados.

II. RESULTADOS ESTRATÉGICOS

1. RESULTADO 1 - EXPANSÃO DA OFERTA DE MORADIAS DE INTERESSE SOCIAL ADEQUADAS

Tabela 1 – Indicadores do Resultado Estratégico Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas – Secretaria das Cidades – 2007-2012

	Exercício						
Indicador	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Percentual de Atendimento a demanda identificada e programada de moradias	38,17%	31,80%	45,72%	40,04%	84,39%	74,08%	

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS, Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos – COPES.

O resultado estratégico Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas é medido pelo indicador Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias.

1.1. Análise do Indicador de Resultado: Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias (2007-2012)

O indicador Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias representa a proporção de unidades habitacionais de interesse social entregues no ano, em relação à demanda identificada e programada de unidades habitacionais previstas para o ano.

Esse indicador não é efetivo na explicação da problemática relacionada à falta de habitações, porque representa apenas a capacidade de atendimento da Secretaria das Cidades frente às demandas apresentadas pelos municípios.

O Plano de Habitação do Ceará elaborado no período 2010/2011 atualizou os números referentes à problemática habitacional do Estado. No tocante ao déficit quantitativo foi registrada a falta de 608 mil unidades habitacionais, e no déficit qualitativo a inadequação de 868 mil unidades.

No sentido de apoiar os municípios no combate ao déficit habitacional quantitativo, o Estado desempenha o papel de indutor e, desde 2011, vem articulando junto à União, Municípios, Entidades da Sociedade Civil Organizada, Bancos e Empresários do Setor da Construção Civil para dinamizar a produção habitacional no Estado.

Destaque-se que o papel exercido pelo Estado vai além da articulação e mobilização dos agentes envolvidos. Inclui também o aporte de recursos, a viabilização de infraestrutura, quando necessário, e o acompanhamento da execução dos empreendimentos.

Em 2012, o Poder Executivo obteve junto à Assembléia Legislativa do Ceará, a aprovação da Lei Estadual nº 15.143, que autorizou o aporte de recursos financeiros no Programa Minha Casa Minha Vida — PMCMV, do Governo Federal. Também foi aprovado em 2012 o Decreto nº 30.968, de 19/07/2012, DOE nº141, de 25/07/2012, que regulamenta a referida lei.

O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, criado por meio da Lei Federal nº 11.977/2009, posteriormente alterada pela Lei Federal nº 12.424/2011, tem por finalidade a criação de mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e à produção ou reforma de habitações rurais para famílias com renda mensal até R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais). É formado pelo Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU e pelo Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. A participação do Estado nesse Programa, entretanto, está restrita às modalidades que atendem às famílias de baixa renda.

Para possibilitar atendimento aos 184 municípios do Estado, o Governo do Ceará elegeu como estratégia atuar em quatro modalidades do PMCMV.

Em todas essas formas de atuação, os beneficiários devem estar inscritos nos cadastros dos Municípios ou do Estado. Também deverão estar devidamente cadastrados no CADUNICO, do Governo Federal.

A primeira modalidade, Programa Minha Casa Minha Vida – SUB 50 - PMCMV–SUB 50, é voltada para o atendimento às famílias com renda mensal até R\$ 1,6 mil, residentes nos municípios com população até 50 mil habitantes. No Estado do Ceará poderão ser atendidos até 142 municípios (Mapa 1). Essa modalidade prevê a construção e entrega de unidades habitacionais em áreas urbanas, por intermédio de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central e habilitadas pelo Ministério das Cidades.

No PMCMV-SUB 50, o investimento da União é de R\$ 25 mil por unidade habitacional, subsidiado com recursos oriundos do Orcamento Geral da União. O Estado aporta nas

operações das quais participa como agente promotor, o valor de R\$ 3 mil por unidade, por meio do FECOP. O Trabalho Social é realizado por cada município.

Ainda em 2012 o Governo do Estado cadastrou novas propostas para o PMCMV2 – SUB 50, das quais foram selecionadas pelo Ministério das Cidades, 2.660 unidades habitacionais para atendimento a 61 municípios durante o ano de 2013. Também foi realizado processo de capacitação dos técnicos sociais dos municípios envolvidos para elaboração e acompanhamento do Trabalho Técnico Social requisitado pelo programa.

Mapa 1 – Municípios elegíveis pelo Governo do Estado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - SUB-50 (PMCMV - SUB50)



Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

A segunda modalidade, Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV - FAR é lastreada com recursos do Orçamento Geral da União, depositados no Fundo de Arrendamento Residencial - FAR. Essa modalidade é voltada para o atendimento às famílias com renda mensal até R\$ 1,6 mil, residentes nas capitais, regiões metropolitanas das capitais e municípios com população acima de 50 mil habitantes. No Estado do Ceará poderão ser atendidos até 42 municípios (Mapa 2). Esta modalidade prevê a construção e entrega de unidades habitacionais por intermédio de instituições financeiras oficiais federais.

Os municípios de Beberibe, Forquilha e Itapajé, embora com população entre vinte e cinquenta mil habitantes, podem ser beneficiados por meio do PMCMV-FAR por se enquadrarem em requisitos da Portaria Nº 465, de 03/10/2011, que estabelecem a possibilidade de implementação de operações de aquisição de imóveis para municípios, com base em critérios referentes a taxas de crescimento populacional.

No PMCMV - FAR o investimento da União em cada unidade habitacional é de R\$ 63 mil na RMF e de R\$ 59 mil nos demais municípios, conforme estabelece a Portaria nº465, de 3 de outubro de 2011, DOE 191, de 4/10/2011, do Ministério das Cidades. Nas operações realizadas com a participação do Estado é previsto aporte de contrapartida, em recursos do FECOP, que varia conforme o valor do empreendimento habitacional.

Destacam-se, no PMCMV - FAR, em 2012, o aporte para contratação do Residencial Independência II, em Fortaleza, com 240 unidades habitacionais, e as articulações e planejamento para início, em 2013, aos Empreendimentos Orgulho Tropical, no município de Sobral, que prevê beneficiar 2.084 famílias; Orgulho do Ceará II, em Maracanaú, que beneficiará 2.096 famílias e Cidade Jardim, em Fortaleza, que beneficiará 5.536 famílias, perfazendo um total de 9.956 famílias, num total aproximado de 41.317 pessoas.

A exceção do empreendimento de Sobral, o Trabalho Social dos empreendimentos de Maracanaú e Fortaleza será desenvolvido pelo Governo do Estado.

Mapa 2 – Municípios elegíveis pelo Governo do Estado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – Fundo de Arrendamento Residencial (PMCMV – FAR)



Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

A terceira modalidade, PMCMV - PNHR, direcionada a agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda anual até R\$ 15 mil, prevê a construção ou reforma de unidades habitacionais executadas por intermédio de Entidades Organizadoras que apresentam projetos às instituições financeiras federais. Nessa modalidade poderão ser beneficiados todos os municípios, em suas áreas rurais.

Tem por objetivo reduzir o déficit habitacional rural, incentivando a manutenção da família no campo e oferecendo moradia digna por meio de reforma ou da construção de novas moradias. Nesse último caso, pode tratar-se também de substituição de casas de taipa.

No PMCMV-PNHR o investimento da União é até R\$ 28,5 mil por cada unidade habitacional. O Governo do Estado do Ceará aporta até R\$ 4 mil por unidade, com recursos do FECOP, podendo parte desses recursos ser destinada à assistência técnica das Entidades proponentes.

Por intermédio das Entidades Organizadoras, os beneficiários precisam comprovar o seu enquadramento no Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF e o cumprimento das exigências do referido programa.

Destacam-se, em 2012, no PMCMV-PNHR a contratação e aporte para construção de 209 unidades habitacionais em 3 municípios e as articulações e o planejamento para, em 2013, dar início a construção de 777 unidades em 17 municípios, beneficiando um total aproximado de 3.225 pessoas. Nos projetos do PNHR o Trabalho Social é desenvolvido pela Entidade Organizadora proponente.

A quarta modalidade, PMCMV - Entidades é, também, voltada para o atendimento a famílias com renda mensal até R\$ 1,6 mil, residentes em quaisquer dos municípios do Estado. Essa modalidade prevê a construção e entrega de unidades habitacionais em áreas urbanas, propostas por Entidades habilitadas junto ao Ministério das Cidades que se encarregarão de apresentar os projetos às instituições financeiras federais.

Os recursos federais que lastreiam essa modalidade são oriundos do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, seguindo os mesmos limites do PMCMV-FAR. O Estado complementará esses recursos com os valores necessários à viabilização dos empreendimentos.

Destaca-se em 2012 para essa modalidade, as ações de mobilização junto às Entidades para que em 2013 possam ser contratadas operações em vários municípios cearenses.

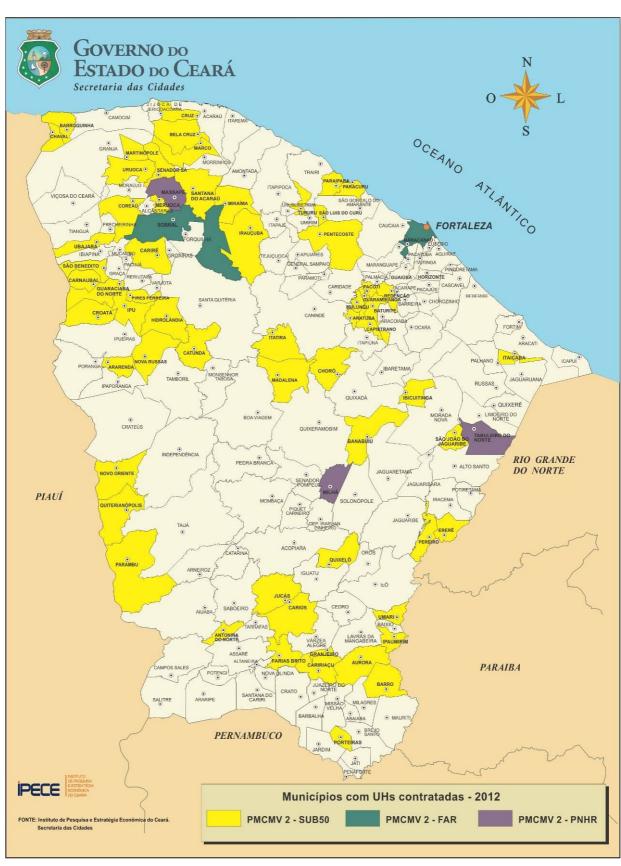
Em 2012 foram contratados nas 3 modalidades do PMCMV2 (SUB 50, FAR e PNHR) um total de 12.825 unidades habitacionais em 67 municípios do Estado, as quais irão beneficiar um número aproximado de 53.224 pessoas.

Tabela 2 – Unidades Habitacionais Contratadas com Apoio do Governo do Estado do Ceará – Secretaria das Cidades no âmbito do PMCMV2 – 2012

Modalidades	Número de Municípios Apoiados	Número de UH Contratadas
SUB 50	61	2.660
FAR	03	9.956
PNHR	03	209
TOTAL PMCMV2	67	12.825

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

Mapa 3 – Municípios com Unidades Habitacionais Contratadas com Apoio do Governo do Estado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida 2 – SUB 50, FAR e PNHR - 2012



Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

Em 2012 foram entregues 5.045 unidades habitacionais no Estado por meio dos Projetos de construção de unidades habitacionais relacionados ao PMCMV1 – SUB 50 (2.052 unidades habitacionais em 100 municípios que haviam sido contratadas em 2011, das 4.540 unidades das operações do PMCMV1 – SUB 50); Projeto Maranguapinho (1.605 unidades habitacionais em 02 municípios); Projetos no âmbito do PSH e Operações Coletivas (1.012 unidades habitacionais em 15 municípios) e Projetos em Parceria com Municípios em Regime de Mutirão – Leilão (376 unidades habitacionais em 9 municípios). **(Tabela 3)**

Tabela 3 – Unidades Habitacionais Entregues pelo Estado do Ceará – Secretaria das Cidades – CIDADES – Exercício 2012

Projetos	Unidades Habitacionais Entregues		
Projetos no âmbito do PMCMV1 – SUB 50	2.052		
Projeto Maranguapinho	1.605		
Projetos no âmbito do PSH e Operações Coletivas	1.012		
Projetos em Regime de Mutirão - Leilão	376		
Total	5.045		

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS e Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos – COPES.

Registre-se que em 2012 foi necessário o aporte de recursos financeiros e de infraestrutura de saneamento básico pelo Governo do Estado para viabilizar a conclusão e entrega de alguns empreendimentos, em decorrência de problemas de insolvência por parte de algumas construtoras, mesmo não tendo participado, em 2011, dessas contratações, realizadas no âmbito do PMCMV 1 – FAR.

Não obstante o importante papel exercido pelo Estado como apoiador dos Municípios, o processo de produção e entrega de unidades habitacionais é impactado por uma série de condicionantes.

Existem fatores administrativos que interferem no atendimento à demanda. Por ocasião de mudanças no comando do poder executivo estadual é muito comum o refreamento dos investimentos no final do período do mandato pela necessidade de intensificar o controle dos gastos, tendo em vista o cumprimento da lei de responsabilidade fiscal.

No início do mandato o novo gestor também tende a manter um ritmo lento nos investimentos uma vez que ocorrem as reestruturações no quadro de colaboradores, os cancelamentos de instrumentos celebrados na gestão anterior, a formulação de novas

estratégias de negócio e a formalização de parcerias para captação de recursos, como registrado em 2007.

GOVERNO DO TADO do CEARÁ Secretaria das Cidades OCEANO ATLANTICO FORTALEZA RIO GRANDE DO NORTE PIAUÍ PARAIBA PERNAMBUCO Municípios com UHs entregues - 2012 PMCMV 1 - SUB50 / Op. Coletivas / Leilão / Projeto Maranguapinho

Mapa 4 – Municípios beneficiados com Unidades Habitacionais em 2012

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

No caso do setor habitação, os reflexos são percebidos nos exercícios subsequentes, com a redução do número de unidades habitacionais entregues, conforme ocorrido em 2007/2008 (Tabela 4).

Tabela 4 – Unidades Habitacionais Entregues pelo Estado do Ceará – Secretaria das Cidades – CIDADES – 2007 a 2012

Exercício	Unidades Habitacionais Entregues			
2007	1.411			
2008	954			
2009	2.286			
2010	2.117			
2011	5.232			
2012	5.045			
Total	17.045			

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS e Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos – COPES.

Além disso, causas naturais a exemplo de invernos rigorosos também provocam impacto negativo na produção de unidades habitacionais pela falta de condições do tempo para a execução das ações de construção e pela dificuldade de acesso aos locais das obras para fiscalização.

Períodos de grande estiagem, quando não acompanhados de medidas administrativas dos governos federal e estadual no sentido de prover os recursos necessários à subsistência da população e a permanência nos seus locais de habitação, também são capazes de agravar o problema da falta de habitações, em decorrência do êxodo rural da população rumo aos grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

A partir de 2011, com a maturação dos investimentos realizados no Projeto de Construção de Unidades Habitacionais no âmbito do Programa Operações Coletivas - Resolução 460 e Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH, da CAIXA; nos Projetos de construção de unidades habitacionais por meio do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV 1, cujos recursos haviam sido repassados às instituições financeiras credenciadas pelo Governo Federal em 2009; bem como a curva ascendente das entregas de unidades habitacionais do Projeto Maranguapinho, esse último com entregas iniciadas em 2010, é que o Estado começa a registrar números mais expressivos em entregas de unidades habitacionais de interesse social e supera em 147% a meta de unidades de 2010 (Tabela 4).

Ainda que não se constituam resultado direto da execução da política habitacional do Estado, uma vez que foram alavancados a princípio pela necessidade de melhoria urbana e ambiental, a Secretaria das Cidades, além do Projeto Rio Maranguapinho (Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia), também vem empreendendo esforços no sentido da execução de outros dois importantes Projetos Especiais: Rio Cocó (Fortaleza, Pacatuba, Maracanaú e Itaitinga), que teve sua estruturação iniciada em 2008, e o Dendê (Fortaleza), cuja concepção foi iniciada em 2010.

O Projeto Cocó que, entre outras ações, prevê o remanejamento de 3.110 famílias, das quais 1.649 serão contempladas com unidades habitacionais, encontra-se em atividades preparatórias com elaboração de projetos e análises junto aos órgãos competentes.

O Projeto Dendê, que prevê, entre outras ações, a construção de 1.152 unidades habitacionais encontra-se em atividades preparatórias com o Projeto Executivo em análise na CAIXA em decorrência de adequações solicitadas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura – SEINF, da Prefeitura Municipal de Fortaleza-PMF.

Os projetos de construção de unidades habitacionais são de lenta maturação e o desafio no combate ao déficit habitacional quantitativo é complexo e envolve outros componentes, além da unidade habitacional. Requer um conjunto de elementos estruturais e integrados que se combinam e fornecem o suporte necessário à cidade, que desafiam a Secretaria das Cidades à articulação no sentido da incorporação desses componentes a exemplo de infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo e equipamentos para a prática de atividades de lazer e para a oferta de serviços públicos.

Registre-se, ainda, a dificuldade dos Municípios - parceiros fundamentais nesse processo, sem os quais não é possível o enfrentamento do problema - para levar a efeito a construção de unidades habitacionais.

De modo geral, as causas de entraves na execução dos projetos estão relacionadas à incapacidade financeira de algumas prefeituras municipais; às inconformidades do projeto executado com o plano de trabalho; às inadequações em prestações de contas dos recursos repassados pelo Estado, que podem ser de ordem técnica e/ou financeira;

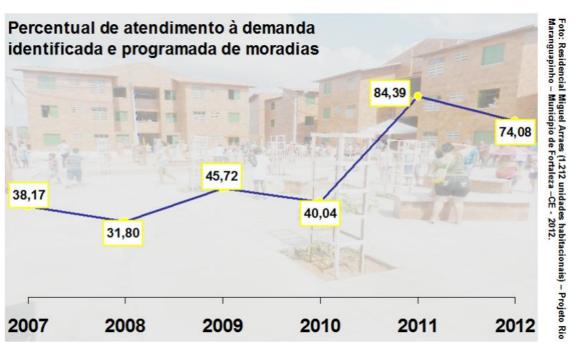
às instaurações de processos de tomadas de contas especiais; e às situações de inadimplência de municípios junto ao Cadastro de Inadimplentes do Estado – CADINE.

A demora na solução desses problemas impacta na execução dos projetos de construção de unidades habitacionais - que por si demandam um tempo razoável para maturação – bem como provocam a necessidade de alteração de planos de trabalho e, consequentemente, o atraso na conclusão das obras e na entrega dos produtos aos beneficiários. Também pode ocorrer redução de metas em relação à quantidade pactuada nos instrumentos celebrados e, e em casos extremos, o cancelamento dos instrumentos jurídicos celebrados.

Todos esses fatores influenciam no desempenho do indicador de resultado "Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias".

Não obstante as dificuldades que envolvem a produção de unidades habitacionais registrou-se no período de 2007-2012, no que se refere às entregas, uma expansão de 257,55%, conforme evidenciado na **Tabela 4**.

Gráfico 1 — Evolução do Indicador Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias — Secretaria das Cidades - 2007-2012



Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

A evolução do indicador em 2009 refere-se à retomada dos investimentos, em virtude da produção oriunda do Projeto de Construção de Unidades Habitacionais em Fortaleza, que incluía os Projetos no âmbito do Pro-Moradia, da CAIXA e dos Projetos de Construção de Unidades Habitacionais em parceria com os Municípios.

Em 2010 a piora deveu-se a frustração das entregas previstas de empreendimentos no âmbito do Projeto Maranguapinho, provocado pela retenção dos recursos federais em decorrência da Operação Gárgula, da Polícia Federal.

Também houve frustração, em 2010, no Projeto de Construção de Unidades Habitacionais em Regime de Mutirão, iniciativa do Estado em parceria com as Prefeituras Municipais oriunda do Leilão Habitacional realizado em 2009. A desistência dos municípios e as dificuldades de mobilização da população beneficiária para o trabalho foram alguns dos fatores que prejudicaram o desempenho do indicador.

Em 2011 o crescimento do indicador foi impulsionado pela maturação dos investimentos do Projeto de Construção de Unidades Habitacionais por meio do Programa Carta de Crédito - Operações Coletivas (Resolução 460) e Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH, ambos da CAIXA, executado em parceria com Municípios e a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares – COOPERHAF, e pelo Projeto de Construção de Unidades Habitacionais por meio PMCMV 1.

Em 2012, o valor do indicador foi decorrente da mobilização necessária às atividades de planejamento e elaboração dos normativos referentes ao processo de aporte de recursos ao PMCMV e do intenso trabalho de articulação junto às partes envolvidas na viabilização da operação desse Programa.

1.1.1.Influência dos Produtos no Resultado Estratégico

O resultado estratégico "Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequada" recebe influência direta do produto Unidade Habitacional. A seguir é apresentado o desempenho desse produto em 2012 nos diversos projetos.

1.1.1.1. Produto Unidade Habitacional (2012)

1.1.1.1.1. Projetos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV 1

Em 2012 foram entregues 2.052 unidades habitacionais remanescentes das 4.540 unidades habitacionais previstas para todo o projeto, o que representa **45,19%** da meta programada para o projeto.

1.1.1.1.2. Projeto Maranguapinho

O projeto registrou desempenho de **100**% da meta programada de unidades habitacionais para o ano. Foram entregues 1.605 unidades habitacionais em 2012, sendo 1.536 unidades em Fortaleza, correspondentes a dois empreendimentos - Residencial Miguel Arraes (1.212 unidades) e Residencial Raquel de Queiroz (324 unidades); e 69 unidades habitacionais referentes ao Residencial Lupe de Paula, no município de Maranguape.

1.1.1.1.3. Projetos no âmbito das Operações Coletivas e PSH

Em 2012 foram entregues 1.012 unidades habitacionais das 1.007 unidades habitacionais previstas, o que representa **100,4%** da meta programada para o exercício.

Não obstante a superação da meta programada, foram encontradas dificuldades como a lentidão e atraso na prestação de contas dos recursos por parte dos municípios conveniados, ocasionando demora nos repasses subsequentes e também refletindo em tomadas de contas especiais, em alguns casos.

1.1.1.1.4. Projeto em Parceria com Municípios em Regime de Mutirão (Leilão)

Foram entregues 376 unidades habitacionais das 756 unidades habitacionais previstas, o que representa **49,73%** da meta programada para o exercício.

A execução foi impactada, inicialmente, pela morosidade das prefeituras municipais em apresentarem a documentação exigida para a formalização dos convênios. Alguns municípios desistiram da parceria com a justificativa de não disporem de recursos financeiros para fazerem frente a contrapartida pactuada no leilão habitacional.

O Resultado Estratégico "Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas" também é influenciado pelos produtos unidades sanitárias domiciliares (USDs), fogões ecoeficientes e reformas em unidades habitacionais.

Os produtos Fogões Ecoeficientes e Reformas, assim como as Unidades Sanitárias Domiciliares, apesar de não possuírem indicadores que apontem a contribuição no sentido da expansão da oferta de moradias de interesse social adequadas são melhorias habitacionais e uma vez que contribuem no aspecto qualitativo da habitação são incluídos nessa análise.

1.1.1.2. Produto Unidades Sanitárias Domiciliares (2012)

Em 2012 não foi registrada execução física para o produto unidades sanitárias domiciliares.

O Projeto que anteriormente era conhecido como kits sanitários havia sido suspenso em 2011 por determinação do Tribunal de Contas do Estado – TCE, pela necessidade de apuração de denúncias de irregularidades na execução de alguns projetos.

A estratégia de execução foi reformulada pela Secretaria das Cidades que lançou, em 2012, Edital de Concorrência Pública com a finalidade de contratar empresa especializada para a execução das obras de construção de unidades sanitárias domiciliares, cujo processo encontra-se em andamento.

1.1.1.3. Produto Fogões Ecoeficientes (2012)

Em 2012 não foi registrada execução física de fogões ecoeficientes no Estado.

O projeto teve sua estratégia de execução reformulada em decorrência da restrição no tocante à capacidade de execução da entidade que até 2011 era responsável pela construção dos fogões, no caso o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis – IDER.

Em 2012 foi lançado o Edital de Concorrência Pública com a finalidade de contratação de empresa para fornecimento de fogões com eficiência energética.

Espera-se, com a modificação da estratégia de execução uma maior celeridade na entrega dos equipamentos às famílias beneficiadas.

1.1.1.4. Produto Reformas (2012)

Em 2012 foram executadas 250 reformas em unidades habitacionais, em Fortaleza, o que correspondeu **89,60**% da meta de 279 reformas prevista para o ano.

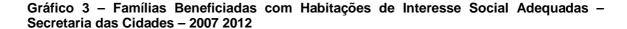
O Projeto piloto tem o objetivo de recuperar imóveis inadequados para uso residencial. É executado por meio da entidade CAC. São investidos até R\$2mil por família, a qual é responsável pela disponibilização da mão-de-obra necessária. A Secretaria das Cidades realiza pelo menos 3 visitas em cada unidade com o objetivo de elaborar o cadastro técnico social, realizar o registro fotográfico anterior à obra e acompanhamento da execução, e, ao final, elaborar o atesto da execução e efetuar o registro fotográfico posterior a realização da obra de reforma.

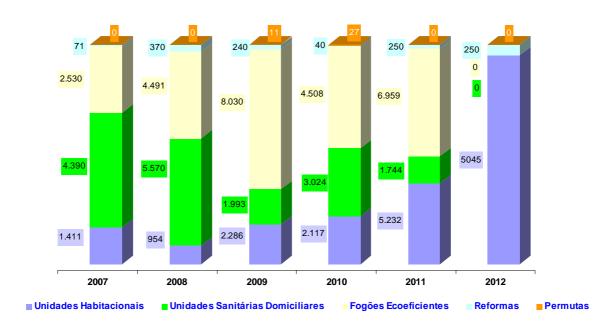
Em 2012 o Ceará registrou um número de 5.295 famílias beneficiadas com habitações de interesse social adequadas, por meio da entrega de 5.045 unidades habitacionais e da realização de 250 reformas. No acumulado do período 2007/2012 registra-se um total de 61.543 famílias beneficiadas com habitações de interesse social adequadas. (Tabela 5 - Gráfico 3).

Tabela 5 – Famílias Beneficiadas com Habitações de Interesse Social Adequadas

Produto	Exercício						TOTAL
Fiodulo	2007	2008	2009	2010	2011	2012	IOIAL
Unidades Habitacionais	1.411	954	2.286	2.117	5.232	5.045	17.045
Unidades Sanitárias Domiciliares	4.390	5.570	1.993	3.024	1.744	0	16.721
Fogões Ecoeficientes	2.530	4.491	8.030	4.508	6.959	0	26.518
Reformas	71	370	240	40	250	250	1.221
Permutas	-	-	11	27	0	0	38
TOTAL	8.402	11.385	12.560	9.716	14.185	5.295	61.543

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS, Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos - COPES E Companhia de Água e Ésgoto do Ceará - CAGECE.





Como importante elemento na viabilização dos projetos de habitação de interesse social, o Trabalho Técnico Social realizado por meio da Secretaria das Cidades, em 2012, possibilitou a capacitação de um total de 5.267 pessoas em 235 atividades, no âmbito dos Projetos Rio Maranguapinho, Cocó e Farol Novo.

No Projeto Rio Maranguapinho 4.227 pessoas foram capacitadas. Dessas, 420 pessoas em 15 atividades de Educação Sanitária e Ambiental, 35 pessoas em 1 atividade de Geração de Emprego e Renda e 3.772 pessoas em 204 atividades de Mobilização e Organização Comunitária. Foram realizadas um total de 220 atividades junto a população das áreas da urbanização e dos residenciais.

No Projeto Cocó foram capacitadas 420 pessoas em 10 atividades de Mobilização e Organização Comunitária, no âmbito do Projeto Cocó.

No âmbito do Projeto Farol Novo foram capacitadas 620 pessoas em 5 atividades de Educação Sanitária e Ambiental.

Em 2012 foi realizado o pagamento de 1.044 indenizações de benfeitorias, no âmbito do Projeto Maranguapinho.

2. RESULTADO 2 – AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Tabela 6 – Indicadores do Resultado Estratégico Ampliação dos Serviços de Distribuição de Água e Esgotamento Sanitário – Companhia de Água e Esgoto do Ceará – 2007-2012

	Exercício						
Indicador	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
População de Fortaleza beneficiada com Rede de Distribuição de Água	97,80%	97,66%	97,94%	98,29%	98,43%	98,48%	
População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Distribuição de Água	96,14%	96,40%	96,66%	96,98%	97,07%	97,27%	
População de Fortaleza beneficiada com Rede de Esgotamento Sanitário	50,56%	51,43%	52,21%	53,60%	53,45%	53,71%	
População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Esgotamento Sanitário	19,56%	20,42%	21,18%	22,78%	22,84%	24,28%	

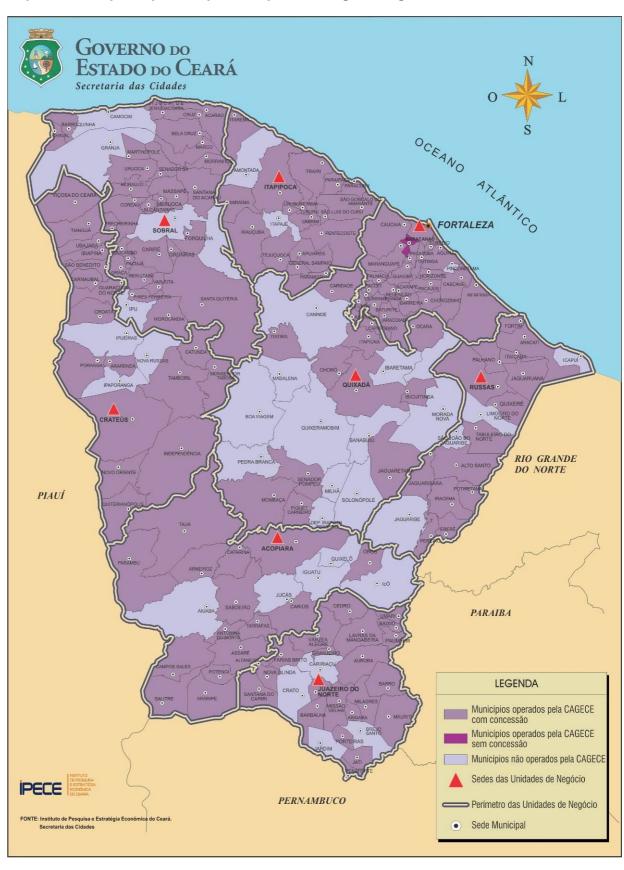
Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

O resultado estratégico Ampliação dos Serviços de Distribuição de Água e de Esgotamento Sanitário é medido por quatro indicadores: População de Fortaleza beneficiada com Rede de Distribuição de Água; População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Distribuição de Água; População de Fortaleza beneficiada com Rede de Esgotamento Sanitário; e População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Esgotamento Sanitário.

Esses indicadores representam o esforço do trabalho realizado pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE. No período analisado (2007-2012) a Cagece passou de 149 concessões para 150 concessões (Mapa 5).

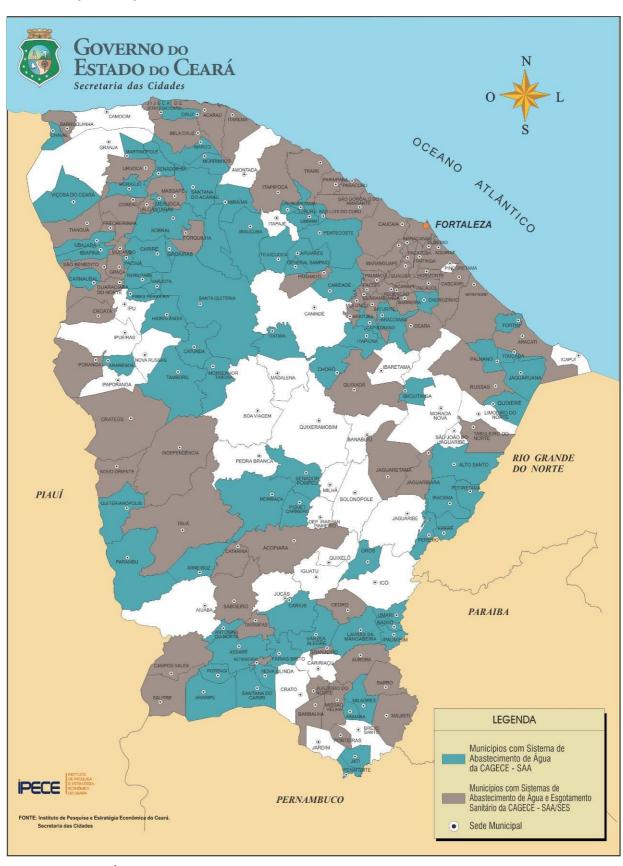
Em 150 municípios a Companhia opera serviços de abastecimento de água e em 73 municípios opera serviços de esgotamento sanitário (Mapa 6).

Mapa 5 – Municípios Operados pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE-2012



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

Mapa 6 – Municípios com Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Esgotamento Sanitário Operados pela CAGECE - 2012



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

2.1. Análise do Indicador de Resultado: População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Distribuição de Água (2007-2012)

O indicador População de Fortaleza beneficiada com Rede de Distribuição de Água -RDA¹ se refere ao percentual da população em Fortaleza residente na área por onde passa a rede de distribuição do Sistema de Abastecimento de Água - SAA operado exclusivamente pela CAGECE. Também é conhecido como Índice de Cobertura de Água - ICA.

As ações realizadas no período 2007-2012 incluíram 142.285 consumidores cobertos, residentes em localidades servidas por SAA situado em logradouro provido de RDA, cuja ligação encontra-se nas situações de Ativo, Inativo ou Factível².

É importante ressaltar que a distribuição de água considera o crescimento populacional de Fortaleza, estimado pelo IBGE em 1,34% ao ano, bem como a dinâmica do movimento dessa população.

O indicador é efetivo na explicação da cobertura da população de Fortaleza com rede de distribuição de água. Sua evolução demonstra-se satisfatória em função da cobertura ser elevada, mantendo-se próxima a universalização do serviço.

Os principais investimentos do período em análise (2007-2012) são oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, no qual destacam-se as obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Fortaleza nos bairros Barroso, Mata Galinha, Castelão, Dias Macêdo, Aerolândia, Alto da Balança, e São João do Tauape, bem como a Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Fortaleza – Setor Messejana.

No âmbito do Programa Saneamento para Todos destaca-se a Ampliação do Macrossistema de Fortaleza nos bairros Parque São José, Manoel Sátiro e Vila Peri. E no Programa Saneamento para Todos II, ressalte-se a Obra de Construção da Estação de Tratamento de Água da Zona Oeste da RMF – ETA Oeste.

Ativo: ligação predial conectada a RDA utilizando SAA ou SES.

Rede de Distribuição é um conjunto de tubulações e de suas partes acessórias destinado a colocar a água a ser distribuída a disposição dos consumidores, de forma contínua e em pontos tão próximos quanto possível de suas necessidades.

Inativo: ligação conectada a RDA que por motivo de inadimplência, solicitação ou infração, o consumidor não utiliza o SAA. Factível: ligação de uma localidade servida por SAA situada em logradouro provido de RDA com imóvel não interligado à rede.

O município de Fortaleza é provido de água tratada por meio da Estação de Tratamento de Água do Gavião, que também atende aos municípios de Caucaia, Eusébio, Maracanaú e o distrito de Pedras (Itaitinga). Do total de água tratada em 2012 pela ETA do Gavião, cerca de 80%, correspondentes a 192 milhões de metros cúbicos de água foram destinados ao município de Fortaleza.

População de Fortaleza beneficiada com água tratada pela Cagece (%)

97,94

97,80

97,66

2007 2008 2009 2010 2011 2012

Gráfico 4 – Evolução do Indicador População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Distribuição de Água – 2007-2012

Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

2.2. Análise do Indicador de Resultado: População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede de Distribuição de Água (2007-2012)

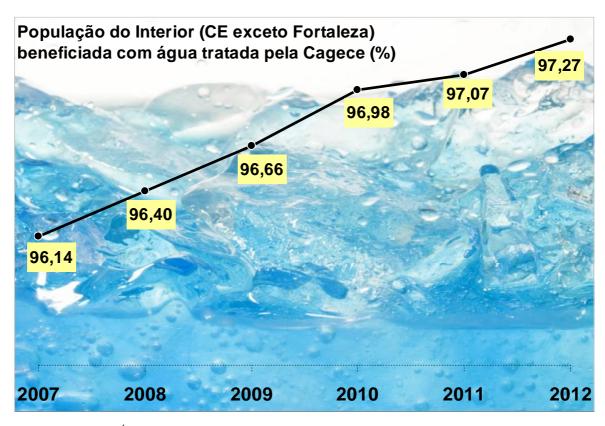
O indicador População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Distribuição de Água se refere ao percentual da população que reside nas áreas urbanas de 148 municípios do interior, nos quais a Cagece detém a concessão do serviço de abastecimento de água, e do município de Maracanaú onde a Companhia opera sem concessão, totalizando 149 municípios, especificamente nas áreas por onde passa a rede de distribuição.

O indicador não é efetivo na explicação da cobertura da população do Interior (CE exceto Fortaleza) com rede de distribuição de água, uma vez que a Companhia não atua em todos os municípios do Interior (Mapa 7); não atua em todas as localidades da área urbana onde é concessionária dos serviços de abastecimento de água; e existem localidades atendidas pela Companhia que pertencem a zona rural.

No período analisado, observou-se um incremento de 16 localidades, passando de 251 localidades (em 2007) para 267 localidades (em 2012). As ações realizadas incluíram 197.825 consumidores cobertos.

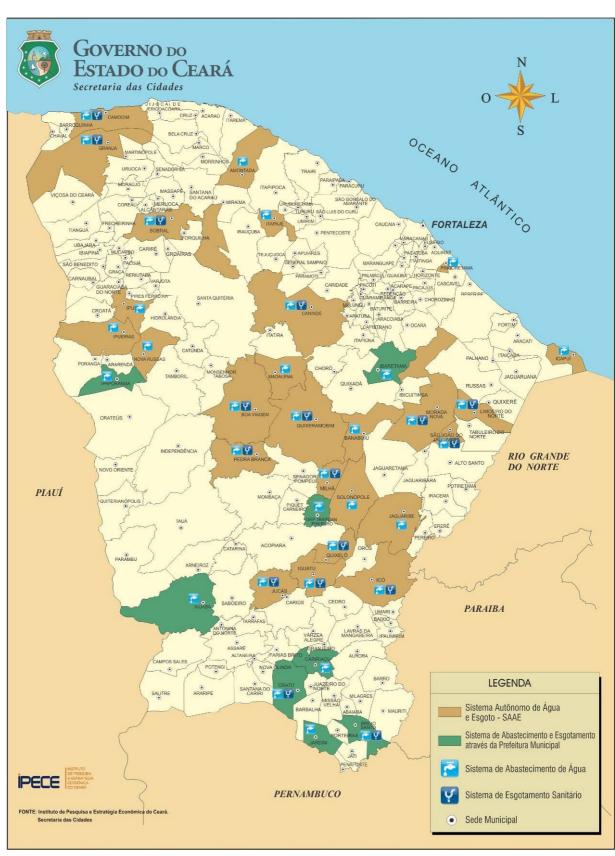
Os principais investimentos do período em análise são oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC FGTS – 50 a 150 mil habitantes, com destaque para o Projeto de Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água de Tianguá; Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água de Russas; Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água de Crateús, e Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água de Itapipoca.

Gráfico 5 – Evolução do Indicador População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede de Distribuição de Água- 2007-2012



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

Mapa 7 – Municípios com Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Esgotamento Sanitário <u>Não</u> Operados pela CAGECE – 2012



Fonte: Coordenadoria de Saneamento - COSAN.

2.3. Influência dos Produtos nos Resultados Estratégicos

Os Resultados Estratégicos "População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Distribuição de Água" e "População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede de Distribuição de Água" refletem as ações da Companhia no sentido da implantação e ampliação das redes de distribuição de água, das quais fazem parte o Produto "Ligação Domiciliar de Água Realizada", analisado a seguir.

A efetividade da utilização do serviço pelos consumidores é medida pelo Produto "Ligação Domiciliar de Água Efetivada" analisado também, adiante.

2.3.1. Produto Ligação Domiciliar de Água Realizada (2012)

O produto "Ligação Domiciliar de Água Realizada" se refere às ligações disponibilizadas pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, por meio da expansão das redes de distribuição, nas áreas dos 150 municípios onde a Companhia é concessionária desse serviço público. O desempenho desse produto é medido pelo indicador "Número de Ligações Domiciliares de Água Realizadas".

No ano de 2012 as ações desenvolvidas pela Cagece possibilitaram a oferta de 81.205 ligações domiciliares de água, realizando 159,60% da meta programada de 50.893 ligações - 16.095 para Fortaleza e 34.798 para o Interior (CE exceto Fortaleza). Foram beneficiados aproximadamente 98.726 habitantes no Estado.

Destacou-se, em 2012, o incremento das ligações realizadas nos municípios de Fortaleza (30.881 ligações), Juazeiro do Norte (5.111 ligações), Horizonte (2.797 ligações) e Chorozinho (1.924 ligações).

Os principais fatores que influenciaram no desempenho do produto, em 2012, foram a execução de obras realizadas no âmbito do PAC, a realização de programas em parceria com prefeituras municipais e ao processo contínuo de atualização cadastral dos sistemas da Companhia.

2.3.2. Produto Ligação Domiciliar de Água Efetivada (2012)

O produto "Ligação Domiciliar de Água Efetivada" se refere às ligações ativas e com faturamento regular entre os domicílios e a rede de distribuição de água da Companhia de Água e Esgoto do Ceará — Cagece, em 2012, em áreas dos 150 municípios onde a empresa é concessionária desse serviço público. O desempenho do produto é medido pelo indicador de produto "Número de Ligações Domiciliares de Água Efetivadas".

No ano de 2012 foram efetivadas 64.187 ligações de água, realizando 106,8% da meta programada de 60.112 ligações - 20.667 para Fortaleza e 43.520 para o Interior (CE exceto Fortaleza). Foram beneficiados aproximadamente 69.991 habitantes no Estado.

Destacou-se, em 2012, o incremento das ligações efetivadas nos municípios de Fortaleza (20.667 ligações), Juazeiro do Norte (4.128 ligações) e Horizonte (2.000 ligações).

O principal fator que influenciou no desempenho do produto, em 2012, foi a forte demanda proveniente dos imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

2.4. Análise do Indicador de Resultado: População de Fortaleza Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário (2007-2012)

O indicador População de Fortaleza Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário se refere ao percentual da população em Fortaleza residente na área por onde passa a Rede Coletora de Esgoto – RCE³ do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES operado exclusivamente pela CAGECE. Também é conhecido como Índice de Cobertura de Esgoto - ICE.

As ações realizadas no período incluíram 91.896 consumidores cobertos, residentes em localidades servidas por SES situado em logradouro provido de RCE, cuja ligação encontra-se nas situações de Ativo, Inativo ou Factível.

Os principais investimentos do período em análise são oriundos do Programa SANEAR II, com destaque para as obras de Implantação do Macro Sistema do SES em Fortaleza (Cocó/Interceptor); do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, com destaque para as obras, em Fortaleza, referentes à Ampliação do SES da BACIA Cocó Margem Esquerda (CE-4), a Ampliação do SES da Bacia Cocó Margem Direita (CD-3) e a Ampliação do SES da Bacia Cocó Margem Esquerda (CE-5); e do Programa PAC Orçamento Geral da União - OGU/SANEAR II, com destaque para as obras referentes à Ampliação do SES da Bacia do Rio Siqueira Margem Esquerda (SE-2), a Ampliação do SES da Bacia do Rio Siqueira Margem Direita (SD-6) e a Ampliação do SES da Bacia do Rio Siqueira Margem Direita (SD-7), também em Fortaleza.

Além dos programas acima descritos, a CAGECE está iniciando outras ações no sentido da ampliação da cobertura com esgotamento sanitário em Fortaleza por meio do Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC 2, com a obra do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza – Bacias do Cocó – CE-7, CE-8 e CE-9, Macrossistema e Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, bem como o Programa PAC FGTS/SANEAR II, com a Implantação do SES da Bacia CD-1, em Fortaleza e o Programa SANEAR II, com a Ampliação do SES da Bacia SE-1, em Fortaleza.

Em Fortaleza, o Código de Obras e Posturas do Município - Lei Nº 5.530, de 17/12/1981, em seu Art. 642 estabelece que "nas vias onde existir rede pública de

-

³ Rede Coletora: conjunto de condutos e órgãos acessórios destinados à coleta e remoção dos despejos gerados nas edificações, através dos coletores ou ramais prediais

esgotos sanitários, todas as edificações deverão obrigatoriamente lançar seus dejetos na rede pública".

População de Fortaleza beneficiada com esgotamento sanitário pela Cagece (%)

53,60

53,71

51,43

50,56

2007 2008 2009 2010 2011 2012

Gráfico 6 – Evolução do Indicador População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Coletora de Esgoto Sanitário operada pela CAGECE – 2007-2012

Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

2.5. Análise do Indicador de Resultado: População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário (2007-2012)

O indicador População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário se refere ao percentual da população que reside nas áreas urbanas de 148 municípios do interior, nos quais a Cagece detém a concessão do serviço de abastecimento de água, e do município de Maracanaú onde a Companhia opera sem concessão, totalizando 149 municípios, especificamente nas áreas por onde passa a rede coletora. Ressalte-se que desses 149 municípios do interior somente 73 possuem rede coletora de esgoto sanitário.

O indicador não é efetivo na explicação da cobertura da população do Interior (CE exceto Fortaleza) com rede coletora de esgoto sanitário, uma vez que a Companhia não atua em todos os municípios do Interior (CE exceto Fortaleza) (Mapa 7), não possui

rede coletora de esgoto sanitário em todos os municípios onde detém a concessão, e não atua em todas as localidades da área urbana onde é concessionária dos serviços de esgotamento sanitário.

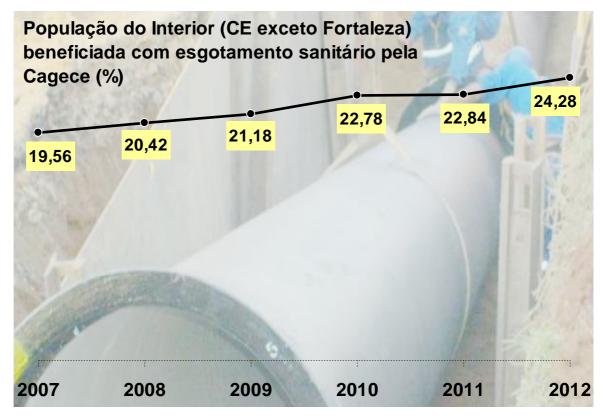
No período 2007-2012 observou-se um incremento de 18 localidades, passando de 63 localidades em 2007 para 81 localidades em 2012. As ações realizadas no período possibilitaram a inclusão de 85.938 consumidores cobertos.

Os principais investimentos do período em análise são oriundos do Programa PAC OGU/ SANEAR II, com destaque para a obra de Implantação do SES em Maranguape; do Programa PAC MC/SANEAR II, com as obras de Implantação do SES em Quixadá, da Implantação do SES em Crateús e da Implantação do SES em Aracati; do Programa SANEAR II, com destaque para a obra de Ampliação do SES de Maranguape; e do Programa PAC 50 a 150 mil habitantes — Ministério das Cidades, com a obra de Ampliação do SES de Tianguá, na localidade de Palmeira Comprida.

Além dos programas acima descritos, a Cagece está iniciando outras ações no sentido da ampliação da cobertura com esgotamento sanitário do Interior, com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC 2, com destaque para a Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede de Horizonte – 2ª etapa; Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Itaitinga; Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Viçosa do Ceará; Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Tauá – 2ª e 3ª Etapas; e do Programa KfW II, com a Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Comunidades Rurais.

Ressalte-se que a decisão de ligar o domicílio a rede de esgotamento sanitário é de cada cidadão. Por desconhecimento das vantagens individuais e coletivas de adesão ao serviço, ou por não possuir renda para pagamento das tarifas cobradas, parte significativa da população ainda opta por soluções individuais, tais como o uso de fossas sépticas ou outras formas de despejo dos dejetos.

Gráfico 7 – Evolução do Indicador População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário operada pela CAGECE – 2007-2012



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

2.6. Influência dos Produtos nos Resultados Estratégicos

Os Resultados Estratégicos População de Fortaleza beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário e População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário refletem as ações da Companhia no sentido da implantação das redes coletoras de esgoto, das quais faz parte o Produto "Ligação Domiciliar de Esgoto Realizada", analisado a seguir.

A efetividade da utilização do serviço pelos consumidores é medida pelo Produto "Ligação Domiciliar de Esgoto Efetivada" analisado também, adiante.

2.6.1. Produto Ligação Domiciliar de Esgoto Realizada (2012)

O produto "ligação domiciliar de esgoto realizada" se refere às ligações disponibilizadas pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece por meio da expansão e implantação das redes coletoras de esgoto sanitário, em áreas dos 150 municípios onde a empresa é concessionária desse serviço público. O desempenho

desse produto é medido pelo indicador "número de ligações domiciliares de esgoto realizadas".

No exercício de 2012 as ações desenvolvidas pela Cagece possibilitaram a oferta de 46.496 ligações domiciliares de esgoto, executando 119,20% da meta de 39.017 ligações programadas para o ano - 8.048 em Fortaleza e 30.969 ligações no Interior. Foram beneficiados aproximadamente 75.590 habitantes.

Os principais fatores que influenciaram no desempenho do produto Ligação Domiciliar de Esgoto Realizada, em 2012, foram a execução de obras no âmbito do PAC e do SANEAR II, a realização do Programa Parceria com prefeituras municipais e ao processo contínuo de atualização cadastral dos sistemas da Companhia.

Destacou-se, em 2012, o incremento das ligações realizadas nos municípios de Fortaleza (18.368 ligações), Juazeiro do Norte (5.079 ligações), Crateús (3.743 ligações), Tianguá (3.333 ligações) e Barbalha (1.709 ligações).

2.6.2. Produto Ligação Domiciliar de Esgoto Efetivada (2012)

O produto **ligação domiciliar de esgoto efetivada** se refere as ligações ativas e com faturamento regular, entre os domicílios e a rede coletora da Companhia de Água e Esgoto do Ceará — Cagece nas áreas dos 149 municípios onde a empresa é concessionária desse serviço público. O desempenho desse produto é medido pelo indicador **número de ligações domiciliares de esgoto efetivadas.**

Em 2012 foram efetivadas 17.488 ligações de esgoto, realizando 79,7% da meta de 21.932 ligações programadas para o ano – 10.788 para Fortaleza e 6.700 para o Interior (CE exceto Fortaleza). Foram beneficiados aproximadamente 13.472 habitantes.

Destaca-se o incremento das ligações efetivadas nos municípios de Fortaleza (10.788 ligações), Juazeiro do Norte (1.245 ligações) e Horizonte, (803 ligações).

O principal fator que influenciou no desempenho do produto Ligação Domiciliar de Esgoto Efetivada, em 2012, foram as obras entregues do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

Em 2011, a Secretaria das Cidades registra, com base nas informações fornecidas pela Cagece, Prefeituras Municipais e Serviços Autônomos de Água e Esgoto – SAAEs, um índice de cobertura de água de 75,57% da população total (urbana + rural), que beneficiou 6.446.358 habitantes naquele exercício, e um índice de cobertura de esgoto de 26,05% da população total (urbana + rural) do Estado do Ceará, que beneficiou 2.222.477 habitantes.

Os índices de cobertura de água e esgoto (urbana + rural) da população total do Estado referentes ao exercício de 2012 encontram-se em elaboração pela Coordenadoria de Saneamento – COSAN, da Secretaria das Cidades.

3. RESULTADO 3 - MELHORIA DA ESTRUTURA URBANA DE CIDADES E REGIÕES

Tabela 7 – Indicadores do Resultado Estratégico Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões – 2007-2012

Indicador	Exercício						
indicador	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana	0	72	91	114	98	76	
População urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos	95,04%	96,20%	94,43%	94,44%	96,26%	91,39%	
População urbana do Interior (CE exceto RMF) beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos	5,89%	6,12%	6,41%	6,43%	6,88%	6,11%	

Fonte: Secretaria das Cidades - Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial - CODUT, Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará / Cariri Central e Coordenadoria de Saneamento - COSAN.

O resultado estratégico Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões é medido por meio de três indicadores: Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana; População Urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos e População Urbana do Interior (CE exceto RMF) beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos.

O primeiro indicador está relacionado à parte das ações executadas por meio do Programa Desenvolvimento Urbano e do Programa Desenvolvimento Regional, no âmbito das ações do Projeto Cidades do Ceará.

Os demais indicadores referem-se a ação de expansão e modernização da infraestrutura para destinação adequada de resíduos sólidos, executada por meio do Programa Saneamento Ambiental e do Programa Desenvolvimento Regional, esse último também em ações do Projeto Cidades I.

3.1. Análise do Indicador de Resultado: Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana (2007-2012)

O indicador de Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana se refere ao número de municípios do Estado do Ceará beneficiados no ano com a conclusão de obras de estruturação e requalificação de áreas urbanas que possam contribuir para

atração de investimentos e/ou a melhoria da qualidade de vida dos habitantes das cidades beneficiadas.

O indicador não é efetivo na explicação do resultado Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões. Para que essa mensuração seja possível, o Governo do Estado precisa desenvolver projeto, em parceria com Prefeituras Municipais e outras partes interessadas, objetivando a construção de um banco de dados capaz de registrar, bem como manter atualizadas, para cada município, informações a exemplo de quilômetros quadrados (km²) de vias pavimentadas, número de praças públicas, de parques urbanos, equipamentos para a prestação de serviços públicos, etc.

É importante entender que o conceito de estruturas urbanas é bem mais amplo e extrapola a competência da Secretaria das Cidades. Estruturas urbanas incluem conjunto de edificações, a malha viária, as redes e equipamentos de infraestrutura e os serviços urbanos e sociais de uma cidade.

Pela necessidade de sua adaptação às constantes mudanças da reprodução social, a estrutura urbana está sempre em contínua alteração. Também está sujeita ao processo de obsolescência por força do desgaste das estruturas físicas que a compõem, bem como pela renovação com a produção e substituição de elementos no espaço urbano.

As Prefeituras Municipais apresentam ao Estado, ao longo do exercício, as demandas por obras de estruturação e requalificação urbana. Anualmente, por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA são alocados ao orçamento da Secretaria das Cidades, no Programa Desenvolvimento Urbano, recursos em todas as regiões para possibilitar o atendimento das solicitações por obras urbanas priorizadas pelo Governo.

Essas demandas também podem ser executadas com recursos orçamentários decorrentes da inclusão de emendas parlamentares que podem ser inseridas no âmbito do Programa Desenvolvimento Urbano, oriundas do Programa de Cooperação Federativa – PCF.

As Prefeituras também alocam recursos nos orçamentos municipais tendo em vista possibilitar a contrapartida dos projetos para a execução das obras necessárias a melhoria da estrutura urbana das cidades.

O desempenho do indicador Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana está diretamente relacionado ao desempenho dos Municípios.

A influência do desempenho dos Municípios no resultado da ação perpassa desde a apresentação das demandas e da documentação necessária para a celebração dos instrumentos; da realização dos processos licitatórios para a execução das obras e serviços necessários a obtenção dos produtos; da boa e regular aplicação dos recursos próprios e dos recursos repassados pelo Estado em conformidade com os cronogramas de desembolso pactuados; da comprovação da regularidade da aplicação dos recursos nas prestações de contas parciais e final; e da tempestiva apresentação das solicitações de prorrogação de prazo.

Um importante fator durante a vigência dos instrumentos celebrados (convênios ou termos de ajuste) é a comprovação da situação de regularidade do Município por ocasião da realização dos repasses de recursos do Estado, o que contribui para a boa execução dos projetos referentes à implantação de obras urbanas.

No período 2007-2012, os 1.233 instrumentos (convênios, termos de ajuste e contratos) celebrados com municípios no âmbito do Programa Desenvolvimento Urbano (PPA 2012-2015) / Programa Estruturação e Requalificação Urbana (PPA 2008-2012) e do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional Cidades do Ceará/Cariri Central possibilitaram a execução de 984 obras urbanas.

Tabela 8 – Quantidade de Obras Urbanas no Interior (CE exceto Fortaleza) e Municípios Beneficiados - Secretaria das Cidades -2007-2012

Discriminação	Exercício						Total
Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	1 0 0 0 1
Obras Urbanas Entregues	0	134	149	356	197	148	984
Municípios Beneficiados	0	72	91	114	98	76	174

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano – CODUT e Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará (Cariri Central) – UGP I.

3.2. Influência dos Produtos no Resultado Estratégico

3.2.1. Produto Obra Urbana Implantada (2012)

O produto obra urbana implantada influencia diretamente o Resultado Estratégico Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões.

Em 2012 foram entregues 144 obras urbanas em 74 municípios do Estado. Foram executadas obras de pavimentação (89), com um total de 703.268,18 m²; praças públicas / parques urbanos (25), dos quais 17 construídos e 8 reformados; prédios públicos (19), dos quais 12 construídos e 7 reformados; obras de urbanização (9); drenagem (1) e urbanização de margem de recursos hídricos (1).

Tabela 9 – Obras Urbanas no Interior (CE exceto Fortaleza) – Secretaria das Cidades – 2012

Tipo		Quantidade	Municípios	Total (m²)
	Asfalto	9	8	199.336,18
	Paralelo	13	12	66.111,08
Pavimentação	Pedra Tosca	67	39	437.820,92
	Piçarra	0	0	0,00
	Total	89	59	703.268,18
Praças	Reforma	8	6	11.784,90
Públicas/Parques	Construção	17	13	30.696,03
Urbanos	Total	25	19	42.480,93
	Reforma	7	7	5.792,04
Prédio Público	Construção	12	9	5.141,85
	Total	19	16	10.933,89
Margem de Recursos Hídricos Urbanizada		1	1	12.508,91
Obras diversas		9	9	185.564,30
Drenagem		1	1	297,00*
•	Total	144	74	954.756,21

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial – CODUT.

Das obras urbanas concluídas em 2012, 41 foram oriundas da celebração de convênios e 103 provenientes de termos de ajuste de demandas do Programa de Cooperação Federativa – PCF.

No Projeto Cidades do Ceará foram concluídas 4 obras em 2012, sendo 2 praças no município do Crato e 2 praças do Projeto Roteiro da Fé, no município de Juazeiro do Norte.

^{*} metro linear.

Foto 1 - Urbanização da Margem Direita do Rio Acaraú - Sobral - Ceará – 2012



Foto 2 - Reforma e Ampliação da Praça da Matriz - Milhã - Ceará – 2012



Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial - CODUT.

Foto 3 - Construção de Praça com Quadra Esportiva - Varjota - Ceará - 2012



Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial – CODUT.

Foto 4 – Reforma da Praça Alexandre Arraes – Crato – CE.



Fonte: Projeto Cidades do Ceará / Cariri Central.

Foto 5 – Arquitetura e Urbanismo da Praça dos Franciscanos – Roteiro da Fé – Juazeiro do Norte – CE.



Destinação Final Adequada dos Resíduos Sólidos

No exercício de 2006 foram concluídos os estudos técnicos e econômicos para a destinação final de resíduos sólidos no Estado do Ceará, que apontaram a necessidade implantação de 27 aterros sanitários e a melhoria em 3 aterros existentes, totalizando 30 aterros sanitários regionais para a solução da destinação desses resíduos.

Quadro 1 — Municípios Previstos para Implantação e Melhoria dos Aterros Sanitários, Segundo Estudos Técnicos e Econômicos — Secretaria das Cidades

Municípios Previstos para implantação de Aterros Sanitários no Estado do Ceará					
01 - Camocim	16 - Canindé				
02 - Crato (substituído por Caririaçu)	17 - Cascavel				
03 - Jaguaribara	18 - Crateús				
04 - Limoeiro do Norte	20 - Icó				
05 - Pacatuba	21 - Iguatu				
06 - São Benedito (substituído por Guaraciaba do Norte)	22 - Itapajé				
07 - Tauá	23 - Itapipoca				
08 - Sobral	24 - Milagres				
09 - Baturité	25 - Nova Russas				
10 - Pedra Branca	26 - Canindé				
11 - Paracuru	27 - Cascavel				
12 - Viçosa do Ceará	28 - Crateús				
13 - Maracanaú *	28 - Pacajus				
14 - Aquiraz *	29 - Ipu				
15 - Caucaia *	30 - Quixadá				

^{*} Melhoria de Aterro Sanitário.

O modelo escolhido para a implantação da política estadual de destinação adequada de resíduos sólidos foi o de Consórcios Públicos, disciplinado pela Lei 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu Decreto Regulamentar nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que preserva a autonomia dos entes federados.

Mapa 8 – Localização Prevista dos Aterros Sanitários, Segundo Estudos Técnicos e Econômicos – Secretaria das Cidades



Para a realização dos serviços de formação dos consórcios, no período 2008-2011 a Secretaria das Cidades contratou uma consultoria que objetivou a formação de 23 (vinte e três) consórcios públicos. Contudo não foi possível a formação do consórcio de Iguatu. Assim encontram-se constituídos por indução pelo Governo do Estado do Ceará 22 (vinte e dois) consórcios públicos objetivando a gestão de aterros sanitários regionais. Esse esforço possibilitou a adesão e a inclusão de 144 municípios (**Tabela 10**).

Ressalte-se que por iniciativa das Prefeituras Municipais de Paracuru, Baturité, Pedra Branca e Viçosa do Ceará foram formados 4 (quatro) Consórcios Públicos, que incluem 25 (vinte e cinco) municípios, conforme destacado no **Mapa 9**.

Os municípios de Cariús, Catarina, Iguatu, Jucás, Quixelô e Tarrafas não efetivaram a formação do consórcio público.

Os municípios de Caucaia e Fortaleza destinam seus resíduos sólidos para o **Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia – ASMOC**; Maranguape e Maracanaú destinam seus resíduos sólidos para o **Aterro Metropolitano Sul**; e Aquiraz e Eusébio destinam seus resíduos sólidos para o **Aterro Sanitário Leste.** Esses operam em regime de Concessão Pública.

Os municípios de São Gonçalo do Amarante, Palmácia e Parambu não aderiram à formação dos consórcios públicos por decisão das respectivas gestões municipais. (Mapa 9).

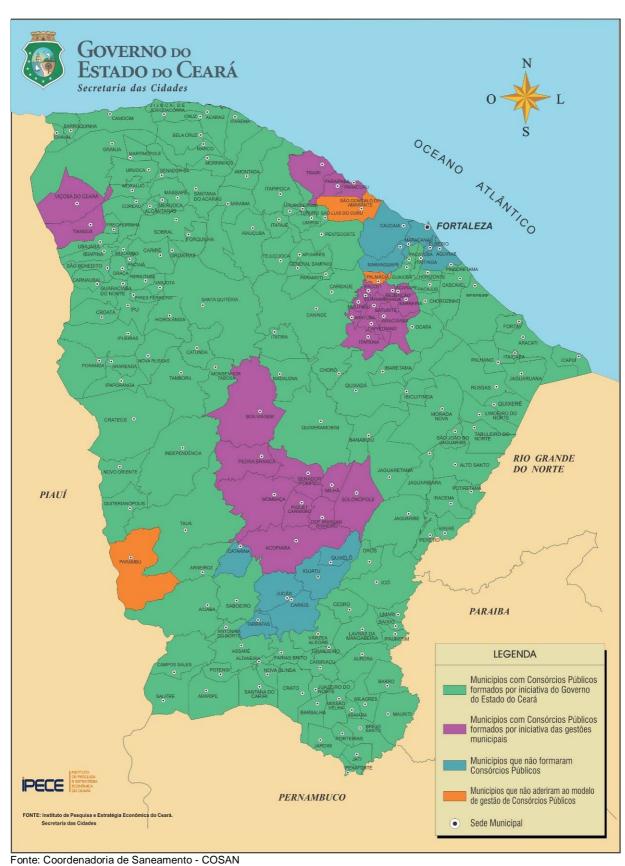
Aos Consórcios Municipais cabe a responsabilidade de transporte dos resíduos da estação de transferência até a estação de transbordo, e dessa, até o aterro sanitário para a disposição final dos resíduos. Cabe também aos consórcios a manutenção desses aterros sanitários regionais.

Tabela 10 – Consórcios Públicos Formados por Iniciativa do Governo Estado do Ceará no período 2008-2011

Ordem		Municípios	Quantidade de		
Oldelli	Sede do Aterro	Demais Participantes	Municípios		
1	Acaraú	Bela Cruz, Cruz, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco e Morrinhos	7		
2	Aracati	Fortim, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana	5		
3	Assaré	Antonina do Norte, Araripe, Campos Sales, Potengi, Saboeiro e Salitre	7		
4	Camocim	Barroquinha, Chaval, Granja, Martinópole e Uruoca			
5	Canindé	Caridade, Madalena, Paramoti e Itatira	5		
6	Cascavel	Beberibe e Pindoretama	3		
7	Crateús	Independência, Ipaporanga e Novo Oriente	4		
8	Caririaçu	Altaneira, Barbalha, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Nova Olinda, Santana do Cariri e Missão Velha			
9	Icó	Baixio, Cedro, Granjeiro, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Orós, Umari, Várzea Alegre			
10	Itapajé	Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Pentecoste, São Luis do Curu, Tejuçuoca, Umirim e Tururu			
11	Itapipoca	Amontada, Miraíma e Uruburetama			
12	Jaguaribara	Jaguaretama, Jaguaribe e Pereiro	4		
13	Limoeiro do Norte	Alto Santo, Ererê, Iracema, Morada Nova, Palhano, Quixeré, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Russas e Potiretama			
14	Milagres	Abaiara, Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Penaforte e Porteiras	9		
15	Nova Russas	Ararendá, Catunda, Poranga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Santa Quitéria e Tamboril			
16	Pacajus	Chorozinho, Horizonte e Ocara	4		
17	Pacatuba	Guaiuba e Itaitinga	3		
18	lpu	Hidrolândia, Pires Ferreira, Reriutaba e Varjota	5		
19	Quixadá	Banabuiu, Choró, Ibaretama, Ibicuitinga e Quixeramobim	6		
20	São Benedito	Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina e Ubajara	6		
21	Sobral	Alcântaras Cariré Coreau Forquilha Fleveirinha Groafras Massanê Graca Meruoca Moraúio			
22	Tauá	Aiuaba, Arneiroz e Quiterianópolis	4		
Total					

Fonte: Coordenadoria de Saneamento – COSAN.

Mapa 9 – Situação dos Municípios quanto à formação dos Consórcios Públicos – Secretaria das Cidades - 2012



Desde 2008 a Secretaria das Cidades vem articulando junto ao Governo Federal a captação dos recursos necessários à elaboração dos projetos executivos que objetivam a construção de 13 (treze) aterros sanitários e suas unidades correlatas. Encontram-se em desenvolvimento, até o presente momento, 9 (nove) projetos executivos.

Desde 2008 a Secretaria das Cidades vem articulando junto ao Governo Federal a captação dos recursos necessários à elaboração dos projetos executivos que objetivam a construção de 13 (treze) aterros sanitários e suas unidades correlatas. Encontram-se em desenvolvimento até o presente momento 9 (nove) projetos executivos.

Em agosto de 2010 foi instituída a Política Nacional dos Resíduos Sólidos - PNRS, por meio da lei federal N°12.305. Essa lei reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Essa mesma lei determina que até agosto de 2014 todas as prefeituras devem promover o fechamento dos lixões e a construção de aterros sanitários ambientalmente sustentáveis. Segundo informações do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM, registradas em 2012, há cerca de 280 lixões espalhados pelos 184 municípios do Ceará

Não obstante a determinação legal da PNRS, para a construção de um aterro sanitário é necessário um longo processo que inclui a realização de vários estudos minuciosos de natureza locacional, ambiental, geotécnica, topográfica e de viabilidade socioeconômica. Também requer um diagnóstico do sistema atual de resíduos sólidos, a elaboração de projeto executivo, planos de operação e manutenção do aterro sanitário e suas unidades correlatas; o monitoramento dos efluentes líquidos e gasosos e águas subterrâneas e a elaboração de um plano de fechamento do aterro sanitário.

Somente após a realização e aprovação de todos esses estudos é possível elaborar termo de referência para licitação, contratação e início às obras de construção do aterro sanitário e suas unidades correlatas.

Com o funcionamento de aterros sanitários e o encerramento dos lixões haverá inevitavelmente a desocupação de mão-de-obra de catadores que sobrevivem da atividade de catação de recicláveis. Diante do exposto, torna-se indispensável levar em conta este universo de catadores no modelo de gestão de resíduos urbanos.

Neste sentido a Secretaria das Cidades no final de 2012 elaborou o Projeto de Inclusão Produtiva de Catadores em Redes Solidárias no Estado do Ceará, que tem por objetivo promover a inclusão social e produtiva de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, apoiando a estruturação de organizações associativas auto-sustentáveis e a formação de pessoas envolvidas nesse processo, propiciando a geração de trabalho e renda.

Esse projeto foi concebido em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê a inclusão das cooperativas de catadores ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis em todas as fases da coleta seletiva dos resíduos.

O projeto será executado a partir de 2013 com duração prevista de 36 (trinta e seis) meses, e prevê a implementação em 12 (doze) territórios onde houve formação de consórcios públicos, que incluem 93 (noventa e três) municípios. Estima alcançar um número aproximado de 2.500 (dois mil e quinhentos) catadores, organizados em 12 (doze) cooperativas com uma central de comercialização e negociação.

Essa ação tem por objetivos específicos identificar, sensibilizar e mobilizar catadores para a implantação da política nacional de resíduos sólidos; apoiar a criação da incubação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, organizar os catadores como cooperados e no entorno de empreendimentos econômicos solidários; disponibilizar infraestrutura e logística necessárias às cooperativas para a coleta, triagem, prensagem e comercialização de recicláveis; e fomentar a organização de redes de produção e distribuição de recicláveis.

3.3. Análise do Indicador de Resultado: População Urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos (2007-2012)

O indicador se refere à população residente nas áreas urbanas dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF beneficiada com destinação de resíduos sólidos em aterros sanitários, em relação à população urbana total dos municípios da RMF projetada para o ano em análise.

Os marcos no sentido da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos na RMF referem-se à elaboração pelo Estado, em 1988, do Plano Metropolitano de Limpeza Urbana; o início da operação, em 1991, do **Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia – ASMOC**, que atende o município de Caucaia e Fortaleza, esse último desde 1997 com a desativação do lixão do Jangurussu; a conclusão, em 1996, da

construção do **Aterro Metropolitano Sul** localizado no município de Maracanaú, que atende também o município de Maranguape; e do **Aterro Sanitário Leste**, localizado em Aquiraz, que atende também ao município de Eusébio.

Na Região Metropolitana de Fortaleza - RMF há outros 3 Aterros Sanitários construídos por iniciativa dos municípios de **Horizonte**, **Pacatuba** e **São Gonçalo do Amarante**. No caso de Pacatuba e Horizonte, devido à má operação desses equipamentos, em 2012 houve uma involução no status, passando de aterro sanitário a lixões.

No período 2007-2012, a cobertura da população urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos refletiu o crescimento vegetativo da população da RMF, a alteração da conformação da RMF ocorrida em 2009 com a inclusão dos municípios de Cascavel e Pindoretama, refletida no indicador a partir de 2010, e as alterações de status (de aterro sanitário para lixão) desses equipamentos.

Em 2012, dos 15 municípios da RMF apenas 7 - Aquiraz e Eusébio, com o Aterro Sanitário Leste; Caucaia e Fortaleza, com o Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia; Maracanaú e Maranguape, com o Aterro Metropolitano Sul; e São Gonçalo do Amarante, com seu aterro municipal, destinaram os resíduos sólidos gerados pela atividade humana de forma adequada.

Alguns municípios da RMF, a exemplo de Horizonte e Cascavel até chegaram a construir aterros sanitários, no entanto perderam esse status por falta de uma gestão adequada e do alto custo de manutenção do equipamento e suas unidades correlatas e, por isso, regrediram a condição de lixões.

Assim, registra-se no ano de 2012 um percentual de 91,39% da população urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos. Um recuo em relação ao percentual de 96,26% registrado em 2011.

Gráfico 8 – Evolução do Indicador População Urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos – 2007-2012



Fonte: Coordenadoria de Saneamento - COSAN.

3.4. Análise do Indicador de Resultado: População Urbana do Interior (CE exceto RMF) beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos (2007-2012)

O indicador se refere a população residente nas áreas urbanas dos municípios do Interior (CE exceto RMF) beneficiada com destinação de resíduos sólidos em aterros sanitários, em relação à população urbana total dos municípios do Interior (CE exceto RMF) projetada para o ano em análise.

No Interior (CE exceto RMF) a situação é crítica uma vez que apenas o município de Sobral possui aterro sanitário em operação, com licença emitida pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE. Esse aterro atende também ao município de Meruoca.

O Aterro Sanitário do município de Jaguaribara, construído pelo Estado quando da mudança de localização daquela cidade, ocasionada pelas obras destinadas ao reassentamento da população atingida pelas obras do Açude Castanhão, passou em

2012 a condição de lixão. Também passou a essa condição o Aterro Sanitário de Lavras da Mangabeira que em 2011 operava de forma satisfatória.

Alguns municípios do interior do Ceará, a exemplo de Quixadá, Camocim, Pacatuba, Iguatu, Mauriti, Paramoti, Tauá, Itapipoca, chegaram a construir aterros sanitários, no entanto perderam esse status por falta de uma gestão adequada e do alto custo de manutenção do equipamento e das suas unidades correlatas e, por isso, regrediram a condição de lixões.

Com isso, registra-se em 2012, um percentual de apenas 6,11% da população urbana do interior beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos, um recuo em relação ao percentual de 6,88% registrado em 2011.

Gráfico 9 – Evolução do Indicador População Urbana do Interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos – 2007-2012



Fonte: Coordenadoria de Saneamento - COSAN.

3.4.1. Produto Aterro Sanitário Construído (2012)

O produto aterro sanitário construído também influencia diretamente o Resultado Estratégico 3 - Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões. Cabe salientar que não foi possível construir aterro sanitário em 2012.

O Estado do Ceará tem realizado um trabalho por meio da Secretaria das Cidades para a elaboração dos projetos executivos nos municípios de (1) Paracuru, (2) Caririaçu, (3)São Benedito, (4) Camocim, (5) Sobral, (6) Icó, (7) Milagres, (8) Limoeiro do Norte e (9) Pedra Branca, que objetivam a construção dos aterros sanitários regionalizados.

As ações no sentido da elaboração do Projeto Executivo do Aterro Sanitário Consorciado de **Paracuru** foram iniciadas em 2007, com a elaboração do Termo de Referência e do Edital. A Licitação para contratação do projeto executivo de engenharia também foi realizada naquele mesmo ano. Os recursos do Tesouro foram disponibilizados em 2008 e a contratação da empresa ocorreu em 2009, tendo sido iniciado o projeto executivo naquele mesmo exercício.

No período de 2009/2012 foram entregues os seguintes produtos:

- 1. Relatório Técnico dos Serviços Preliminares (2009).
- 2. Relatório Preliminar dos Estudos Ambientais produto II (2010)
- 3. Relatório Preliminar dos Estudos Ambientais produto III (2010).
- 4. Estudos Ambientais produto IV (2011).
- 5. Detalhamento dos Equipamentos produto VIII (2012)
- 6. Revisão do Plano Local de Gestão produto IX (2012).
- 7. Planos de Operação e Manutenção produto X (2012).
- 8. Plano de Fechamento dos Lixões produto XI (2012).

O Projeto Executivo do Aterro Sanitário Consorciado do **Cariri (Caririaçu)** teve ações iniciadas em 2008, quando foram elaborados o Termo de Referência e o Edital. Naquele mesmo ano foi assinado o Convênio com a FUNASA para captação dos recursos financeiros junto ao Governo Federal. Ainda em 2008 foi realizada a licitação do projeto, resultando na contratação do fornecedor, em 2009.

Até o final de 2012 foram entregues 4 produtos:

- 1. Relatório Técnico dos Serviços Preliminares produto I (2009).
- 2. Relatório Preliminar dos Estudos Ambientais produto II (2011)
- 3. Relatório Preliminar dos Estudos Ambientais produto III (2011).

4. Estudos Arqueológicos – produto XIII - (2012).

No que se refere aos projetos executivos dos aterros sanitários que beneficiarão as regiões de **São Benedito**, **Camocim** e **Sobral**, com recursos da FUNASA, foram entregues em 2012 os produtos

- 1. Caracterização da Área e Escolha de Alternativas.
- 2. Diagnóstico do Sistema Atual de Resíduos Sólidos.

As primeiras entregas de produtos referentes aos projetos executivos dos aterros sanitários que beneficiarão as regiões de **Icó** e **Milagres** foram iniciadas em 2012. Foram concluídas a

- 1. Caracterização da Área e Escolha de Alternativas.
- 2. Estudos Geotécnicos.
- 3. Diagnóstico do Sistema Atual de Resíduos Sólidos referentes a essas regiões.

A primeira entrega referente ao projeto executivo do aterro sanitário regional que beneficiará a região de **Limoeiro do Norte** foi realizada em 2012. Foi concluído o produto:

1. Caracterização da Área e Escolha de Alternativas.

O projeto executivo do aterro sanitário que beneficiará a região de **Pedra Branca**, que foi licitado e contratado por meio do CODESUL, é apoiado financeiramente pelo Governo do Estado. Esse projeto tem sido executado de forma lenta. Foi apresentado em 2012 o seguinte produto:

Caracterização de Área e Escolha de Alternativas.

Em 2012 foram elaborados os termos de referência e editais tendo em vista a licitação que objetiva a contratação dos serviços de elaboração de projetos executivos para os aterros sanitários regionais de **Assaré, Tauá, Itapipoca e Acaraú**.

4. RESULTADO 4 - EXPANSÃO DAS ECONOMIAS LOCAIS

Tabela 11 – Indicadores do Resultado Estratégico Expansão das Economias Locais – valores 2007-2012

Indicador	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Produtores beneficiados com ações de apoio aos arranjos produtivos locais / às atividades econômicas locais	250	1.684	1.868	3.893	3.893	2.674

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial – CODUT e Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará (Cariri Central) – UGP I.

O desequilíbrio socioeconômico entre a Região Metropolitana de Fortaleza e o interior do Estado impulsionou o Governo Estadual a buscar soluções para os entraves apresentados pelas regiões, notadamente econômicos, e a mitigar os fatores que limitam seu desenvolvimento, em uma tentativa de reduzir as disparidades existentes no Estado.

Nesse sentido, a atuação da Secretaria das Cidades, efetivada pelo Programa Desenvolvimento Regional (034), concentrou-se em ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de polos estratégicos do Estado, principalmente aquelas voltadas para a qualificação das cidades e a expansão das economias locais, neste caso, materializada pelo apoio às atividades produtivas endógenas, estejam conformadas em Grupos Produtivos de Baixa Renda ou em Arranjos Produtivos Locais – APLs.

O apoio a Grupos Produtivos de Baixa Renda e Arranjos Produtivos Locais é considerado, notadamente pelo Governo Federal, como um dos mais significativos instrumentos de geração de emprego e renda. Isso é possível porque o apoio concentra-se em aglomerações de empresas (ou produtores) fortemente inter-relacionadas e interdependentes, que interagem com o objetivo de expandir os laços de confiança e cooperação entre seus agentes, e não de forma isolada, individual.

A coordenação, o esforço coletivo, a proximidade, que não é estritamente física entre os agentes, permite a criação de parcerias entre as empresas (ou produtores), muitas vezes organizadas em associações e cooperativas, que ao compartilharem da qualificação de mão de obra, da compra de matérias-primas, máquinas e equipamentos, serviços especializados de logística etc., conseguem acesso a competências que individualmente

não alcançariam, e veem aspectos como eficiência, diferenciação, qualidade, competitividade e lucratividade se expandirem.

Para avaliar as ações da Secretaria das Cidades neste âmbito, no resultado estratégico **Expansão das Economias Locais**, que reflete, notadamente, o apoio a aglomerações produtivas, foi definido o indicador "Produtores Beneficiados com Ações de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais" **(Tabela 11)**.

4.1. Análise do Indicador de Resultado: Produtores Beneficiados com Ações de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais

O indicador **Produtores Beneficiados com Ações de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais** reflete o número de produtores que receberam apoio técnico e/ou financeiro da Secretaria das Cidades, prioritariamente em dois projetos: Projeto de Inserção Produtiva e Projeto Cidades do Ceará Cariri Central.

O Projeto de Inserção Produtiva, iniciado em 2008, foi criado para incentivar as atividades econômicas endógenas de grupos produtivos de baixa renda em que os produtores recebem até um salário mínimo⁴ por mês. A estratégia é direcionar investimentos para atividades econômicas que, ao serem incentivadas, ampliem as rendas das famílias envolvidas, retirando-os da condição de pobreza. Nesse sentido, a Secretaria das Cidades concebeu dois Editais de Apoio aos Projetos Produtivos, um em 2007 e outro em 2009, onde seus beneficiários foram selecionados, prioritariamente, entre os municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM).

O Projeto Cidades do Ceará Cariri Central foi concebido para contribuir com o desenvolvimento da Região Metropolitana do Cariri. Iniciadas em 2010, as ações do Projeto têm como objetivo fortalecer a estrutura urbana, a base econômica, e as instituições que compõem a região. Em relação à base econômica, os investimentos direcionam-se para as principais atividades econômicas endógenas do Cariri: Calçados e Turismo.

No período de 2007 – 2012, o indicador apresentou variação positiva de 969,6%. Esse crescimento é decorrente da implantação, nos anos de 2008 e 2010, desses dois

.

⁴ Nestas condições, a renda per capita das famílias dos produtores beneficiários é inferior a meio salário mínimo, considerando uma média de três pessoas por família.

Projetos mencionados, fato este corroborado pela tendência positiva apresentada entre os anos de 2008 e 2011, como pode ser verificado na Tabela 11.

Em 2007, os 250 produtores mensurados foram beneficiados através de projetos pontuais, em sua maioria através de parcerias com outras instituições que também apoiam aglomerações produtivas, notadamente por meio do Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - NEAAPL-CE, instituído neste ano por decreto.

Esse cenário se alterou no período de 2008-2011, com a implantação de dois Editais de Projetos Produtivos e do Projeto Cidades do Ceará Cariri Central, como já mencionado. Com estas iniciativas, a Secretaria das Cidades ampliou sua ação em benefício do desenvolvimento de atividades endógenas, e principalmente, deu a oportunidade dos grupos produtivos gerarem renda em suas localidades.

Com isso, os incentivos se voltaram para ações de natureza econômica, que objetivam, entre outros aspectos, atender as demandas de estruturação produtiva (obras ou reformas de estruturas físicas, aquisição de bens e equipamentos, compra de matérias-primas, formação de capital de giro), e de conhecimento (capacitação e consultorias). Sem esses incentivos, os grupos produtivos não teriam condições, em um primeiro momento, de se desenvolverem e gerarem renda, visto que não possuíam capital para investirem em seus negócios, nem garantias exigidas pelas instituições financeiras.

Em 2012, 2.674 produtores de 39 municípios (Mapa 10) receberam apoio técnico e/ou financeiro. As ações estavam voltadas, notadamente, para o acompanhamento técnico das atividades econômicas. No caso dos projetos produtivos, os técnicos realizaram 59 visitas para constatar o andamento das atividades e as dificuldades para execução dos projetos, além de assessorarem os beneficiários em assuntos relativos à prestação de contas de seus convênios.

Do total de beneficiários, 604 produtores eram integrantes dos Arranjos Produtivos Locais de Calçados e de Turismo, públicos-alvo do Projeto Cidades do Ceará Cariri Central. Destacam-se como realizações em 2012, voltadas para o APL de Turismo, a estruturação do Geopark Araripe, a confecção e instalação das placas de sinalização turística nos geossítios, a editoração e publicação do livro de divulgação da história e das riquezas desses sítios e da cultura local, e a participação dos membros do Geopark Araripe na Conferência Européia de Geoparques e na Conferência

Internacional das Montanhas Famosas, em que o geoparque cearense é um dos membros.

Dos 2.070 beneficiários restantes, 2.045 são produtores de 49 projetos produtivos, ainda em execução. Os demais 25 são produtores do Arranjo Produtivo Local de Cajucultura, no município de Barreira, beneficiários da capacitação ofertada em gestão e comercialização.

No produto "Capacitação Realizada", ainda foram beneficiados com o mesmo curso, 25 produtores, estes de um projeto produtivo do município de Paraipaba, totalizando assim, 50 produtores capacitados em 2012.

A redução no número de beneficiários em 2012 de 31,31%, comparativo ao ano anterior, é explicada pelo encerramento de muitos convênios dos projetos produtivos em anos anteriores.

Desta forma, as ações de incentivo da Secretaria objetivaram:

- Promover o desenvolvimento local e regional;
- Estimular a inovação, a modernização tecnológica no âmbito das organizações, associações e cooperativas de produtores;
- Melhorar a infraestrutura dos espaços de produção;
- Ampliar a comercialização de produtos e serviços.

Ressalta-se que, nos próximos anos, novas reduções no número de beneficiários poderão ser observadas, considerando o encerramento dos convênios, e consequentemente, a finalização dos editais de projetos produtivos e do Projeto Cidades do Ceará Cariri Central em 2014.

A escolha por um projeto em que o apoio concentra-se em atividades econômicas, em detrimento das transferências de renda, tão comumente utilizadas como política pública, permite não somente ampliar a geração de emprego e renda, mas dar oportunidades à população de se desenvolver, como cidadãos, empreendedores, trabalhadores cientes de suas capacidades. É dar a perspectiva de decidirem sobre seus destinos.

Mapa 10 - Municípios beneficiados com ações de apoio aos Grupos Produtivos de Baixa Renda e aos Arranjos Produtivos Locais - 2012.

